

POLÍTICA

CONSTITUINTE
Cientistas políticos
consideram "um caos" o resultado final
das comissões temáticas.
E chegam a duvidar de que a Comissão de
Sistematização possa ordenar tudo.

"Virou uma salada"

"Com os relatórios apresentados pelas comissões, a Constituição é inviável", diz o professor David Fleischer, diretor do departamento de Ciência Política da Universidade de Brasília. "Virou tudo uma salada confusa que não pode gerar um Constituição estável. Acho que nem a Comissão de Sistematização pode ordenar os caos dos relatórios", opina o professor Alexandre Barros, cientista político que faz o acompanhamento e estudo sobre a Constituinte.

"Se dependesse dos relatórios a nova Constituição seria um pouco mais avançada que a anterior de um modo geral", afirma o professor David Fleischer, mas ele acha que a Comissão de Sistematização terá muito trabalho para conseguir colocar tudo em ordem. "Não queria estar na pele do relator, deputado Bernardo Cabral", salienta.

Fleischer destaca como medidas mais avançadas a estabilidade no emprego e a jornada de trabalho de 40 horas, mas pensa que são temas de legislação ordinária e não constitucionais. Ele ainda sentiu avanços no setor de garantias individuais com diminuição dos abusos do poder econômico, mas como já previa, o papel das Forças Armadas e a ordem econômica em geral e a reforma agrária ficaram como estavam antes.

O cientista político Alexandre Barros é mais cético e classifica como "bobagem" colocar estabilidade e jornada de trabalho de 40 horas na Constituição. "As coisas mudam e se no futuro quiserem mexer nisso não será possível — até mesmo diminuir ainda mais a jornada — porque fazem parte da nova Constituição, que se continuar assim, depois de aprovada dura no máximo até 93", comenta ele.

Para Alexandre Barros, os relatórios mostram que a futura Carta "funcionará como uma camisa-de-força em uma sociedade que é dinâmica e apresenta taxa de mudança muito grande". Ele diz que será uma Constituição de lobbies que se precipitam e batalham por coisas antes da hora certa. Estranha também o pouco interesse demonstrado por todos para a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, dizendo que como os parlamentares não pagam Imposto de Renda é difícil para eles analisá-lo. O professor também não vê sentido na Constituição falar em divórcio, que em outros países pertence à legislação ordinária.

"Os relatórios mostram uma futura Carta com costelas de todo tipo e sem uma espinha dorsal, tudo disparatado e contraditório", adverte ele, dizendo não acreditar que a sistematização melhore o projeto.

Advertência

Já o professor Leitão de Abreu, ex-ministro da Casa Civil e do STF, ainda acha cedo para analisar os trabalhos da Constituinte, porque acredita que tudo possa mudar na Comissão de Sistematização — "num grupo pode contar com vitória ainda", adverte.

Entre as principais modificações são apontadas a criação de cinco novos estados e a transformação dos Territórios de Roraima e Amapá também em estados, que pelo artigo 3º da atual Constituição deveria ser objeto de lei complementar. O atual artigo 17 também cairá, pois o presidente da República não mais nomeará o governador do Distrito Federal, que terá eleições diretas, junto com autonomia legislativa, administrativa e financeira. Tudo isto vai gerar grandes despesas para a União, além de centenas de novos cargos políticos.

Os lobbies da descentralização de tributos tiveram vitória quanto ao IPI e Imposto de Renda, que terão uma redistribuição agora de 46% (pela atual Constituição o total era de 32%), sendo 21,5% para o Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e 22,5% para o Fundo de Participação dos Municípios. As esquerdas também conseguiram que o imposto sobre a herança, se aprovado na fase final, seja progressivo.

Segundo os relatórios aprovados, o atual artigo 162 da Constituição também será modificado. Ele diz que "não será permitida greve dos serviços públicos e atividades essenciais", sendo que agora a greve é livre, sem interferência do governo e Justiça, ficando com os trabalhadores a responsabilidade de manter os serviços essenciais em funcionamento.

O parágrafo 2 do artigo 147 da atual Constituição diz que "os militares serão alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinha, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais". Conforme o relatório da Comissão de Organização Eleitoral o direito de voto será extensivo aos cabos e soldados engajados; o voto será distrital misto.

Divórcio: ilimitado

A questões do aborto, pena de morte e prisão perpétua não mudam enquanto o divórcio agora é ilimitado. No artigo 153 da Carta atual o parágrafo diz que ninguém será discriminado ou privado de seus direitos "por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política", sendo que agora será acrescentado também "por comportamento sexual", uma reivindicação dos movimentos de homossexuais.

Devem ser criadas defensorias do povo, a identificação civil prevalece sobre a criminal e a mulher se torna, civilmente, totalmente igual ao homem, sem privilégios, salvo para aleitamento, parto e gestação. Pelo *habeas data* os cidadãos terão direito de acesso à informações coletadas sobre eles, enquanto setores da esquerda vêm avanço no setor da propriedade, que fica sujeita, por via judiciária à desapropriação por especulação, não uso ou uso impróprio.

Na ordem econômica a domínio dos conservadores foi total, com a idéia liberalizante vencendo os que queriam reforçar o estatismo. Foi aprovada a abertura da pesquisa e lavra de minerais à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, mas será mantido o monopólio estatal do petróleo. Quanto aos tributos federais, a partir do relatório aprovadom poderão ser pagos qualquer tempo.

Finalmente a maior modificação na futura Constituição seria o regime parlamentarista, com inspiração na França e Portugal, enquanto o mandato do presidente cai de seis para cinco anos. O parlamentarismo entraria em vigor já em março de 88 e, evidentemente, mudaria toda a estrutura de poder no País.



José Lourenço no longo bate-boca da...



...Comunicação, em que o relatório de Távola (ao centro) nem chegou a ser votado.

Foi uma longa noite
de confusão na Comissão de Ordem Social.
Acabaram aprovadas propostas como
a estabilidade no emprego e a semana de 40 horas.

Aqui a esquerda ganhou

A maioria dos membros da Comissão da Ordem Social, que encorreu seus trabalhos apenas às 5h da madrugada de ontem, comemorou muito a vitória das propostas mais identificadoras com a esquerda (especialmente as relacionadas aos direitos dos trabalhadores), com a aprovação do substitutivo do relator da comissão, Almir Gabriel.

Estavam, também, terminadas as disputas acirradas de ideologias e posições políticas opostas, e contra a falta de tempo, que acabou inviabilizando a apreciação em separado dos 110 artigos do relatório. Para se ter idéia do nervosismo que começou a tomar conta do ambiente, às 18h de domingo apenas dois artigos haviam sido apreciados.

A tese regimental que previa o encerramento dos trabalhos à meia-noite, invadindo todo o trabalho da comissão — que seria refeito pela Comissão de Sistematização —, persistiu até as 23 horas. Foi quando o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, defendeu do plenário a continuação da votação, dentro do regimento, que o autorizava desde que não houvesse discussão das matérias.

Mas surgiu uma polêmica: o senador Odair Soares (PDS-RO) retrucou que a votação só estaria autorizada pela legislação desde que se prendesse ao mesmo assunto. Soares pediu o encerramento dos trabalhos, e a remessa dos atos ao presidente da Comissão de Sistematização, sob pena de "macular" toda a Constituinte, com o desrespeito ao regimento. "A Mesa está fazendo ouvido-de-mercador, cometendo abusos de toda ordem", acusou o senador insistindo no encerramento dos trabalhos.

Até então neutro entre os grupos divergentes, o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) reagiu igualmente à defesa de Covas. Ele lembrou que o hábito de se atrasar relógios para se manter dentro do regimento, "comum à Câmara e ao Senado", não deveria se repetir ali. Então, pediu ao presidente Edme Tavares (PMDB-PB) que prosseguisse a sessão por decisão política, sem tentar encaixá-la com o regimento. "E que não se fique argumentando que a decisão é regimental, porque regimental não é", justificou Sant'Anna.

Esquerda e direita

As duas correntes de opinião tiveram pesos diferentes na apreciação das propos-

A TURMA DO BARULHO
Foi o fim de semana mais agitado. Nas galerias e no plenário, esquerdistas e direitistas protagonizaram atos de violência verbal e física na defesa de suas idéias, numa amostra do que poderá ocorrer na votação final da Carta.

Com uma aguerrida bancada de apenas cinco deputados, o PC do B foi presença forte em duas comissões da Assembleia Nacional Constituinte — a da Ordem Econômica e a da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação. Em ambas, na defesa do regimento interno, o partido gritou, empurrou, furtou documentos, jogou microfones no chão. Mas não levou socos, e a circunstância de o líder Haroldo Lima ter exibido a testa sangrando deveu-se apenas a um puxão tão forte que deu em um microfone que acabou sendo ele próprio atingido.

Quem frequenta comícios conhece de longe o PC do B, que se esmera em erguer bandeiras vermelhas em grande quantidade, estandartes e cartazes, além de mostrar um entusiasmo de seus integrantes que aparece literalmente no rosto. Na Assembleia, as bandeiras ficam de fora, mas o partido não perde jamais o senso da agitação e da propaganda, desde que relacionadas a uma proposta. Em todos os Estados, o PC do B tem um secretário só para cuidar desses aspectos e, quando não funciona bem, é trocado imediatamente.

Como explica o líder Haroldo Lima, o estilo do partido é a luta decisiva unificada na busca de objetivos. E embora a estraté-

ta, terminou vencendo a ligada à esquerda, em todos os pontos, contra a tese dos demais parlamentares, que se diziam "traídos" no descumprimento dos acordos de votação. Terminou a estabilidade sendo aprovada por consenso. A reação do outro grupo se deu quando foi mantida a jornada de 40 horas semanais de trabalho, na cobrança da promessa feita anteriormente.

Também foram aprovados por unanimidade: participação nos lucros ou nas ações das empresas; proibição de hora-extra, saldo nos casos de emergência ou força maior, com remuneração em dobro; proibição de intermediação remunerada (Leasing) da mão-de-obra permanente, temporária ou sazonal, ainda que mediante locação; aposentadoria sem fixação de limite de idade ou tempo de trabalho; instalação de creches nas empresas e órgãos públicos para filhos de empregados até 6 anos de idade; reconhecimento das convenções coletivas de trabalho e obrigatoriedade da negociação.

Aprovado, também, por unanimidade, o direito à greve, sem interferência do poder público ou judicial, conforme queriam os constituintes mais à direita. Mas foi mantida restrição aos serviços essenciais, sendo que os próprios trabalhadores definirão a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão defender, como, ainda, as providências e garantias para assegurar a continuidade desses serviços à comunidade. O pagamento do seguro-desemprego também foi acatado, com destaque do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), que prevê gestão tripartite em sua gestão, com a inclusão dos trabalhadores, como "forma de evitar a manipulação destes recursos pelo governo".

Ministério do Trabalhador

Posteriormente, ao declarar-se surpreso pela aprovação de seu relatório na comissão temática, o relator Almir Gabriel disse que a idéia mais abrangente (e implícita) do texto é a de criar um Ministério do Trabalhador, que se preocupe também com o homem, e não apenas com a força de trabalho. Na visão de Gabriel, esse novo ministério seria vinculado ao da Seguridade Social, que, por sua vez, substituiria a Pasta da Previdência Social. Mas o relator da Comissão de Ordem Social — sempre insistindo em que seu texto "não é estatizante, mas reformador, apenas procurando melhorar as relações entre capital e trabalho" — tem



Haroldo Lima: promessa de mais agitação.

gia de luta na Comissão de Sistematização seja a da conversa e da negociação, quando chegar o momento da votação da futura Constituição, ele promete, o PC do B partirá para uma grande mobilização, com caravanas de todo o País que agitarão o final dos trabalhos.

A bancada do PC do B é formada por Haroldo Lima e Aldo Arantes, ambos eleitos pelo PMDB e ex-presos políticos; pela economista e ex-vereadora em Salvador, Lídice da Mata; pelo advogado e ex-deputado estadual em Alagoas, Eduardo Bonfim; e pelo líder metalúrgico do Rio, Edmilson Valentim. Há um sexto nome, o mineiro Célio de Castro, que continua no PMDB por problemas com sua base eleitoral.

O último fim de semana foi o mais agitado da Constituinte e já na sexta-feira ocorreram confrontos, inclusive físicos, entre defensores da reforma agrária levados pela Contag e pessoas ligadas à facção direitista chamada União Democrática Ruralista (UDR). A noite, durante a votação do relatório Severo Gomes, na Comissão da Ordem Econômica, o ambiente voltou a esquentar tanto nas galerias quanto no plenário.

Neste último, o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO), presentindo a derrota das propostas do seu grupo, deu um tapa no

agora, segundo disse, um objetivo claro, a ser cumprido a médio prazo: garantir a aprovação do texto do relatório também em plenário.

Questão Agrária

Na comissão, por 56 votos, os constituintes tentaram preencher o vazio deixado pela Comissão de Ordem Econômica quanto à reforma agrária. Eles aprovaram emenda aditiva do deputado Domingos Leonelli dando "a todo trabalhador rural, o direito assegurado à propriedade de forma individual ou mista, para o desenvolvimento de suas atividades". Cunha Bueno tentou a rejeição, alegando que os termos do Estatuto da Terra são mais abrangentes, mas não obteve êxito. Pela emenda, fica, ainda, fixado que o Estado promoverá a desapropriação das terras necessárias ao cumprimento do artigo, mediante a indenização por títulos da dívida agrária.

A aprovação

A essa altura das discussões, o relatório da comissão terminou prevalecendo sobre emendas e destaques não apreciados. Por ele, a organização sindical passa a ser livre e autônoma, mantendo-se a proibição de criação de mais de uma entidade sindical por território. O servidor público assíduo terá direito à licença especial de três meses, a cada cinco anos; a anistia está garantida a todos que, no período entre 18 de setembro de 1956 e 1º de fevereiro de 1987, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por qualquer diploma legal, atos institucionais, complementares ou administrativos, assegurada a reintegração com todos os direitos e vantagens do efetivo exercício, estando satisfeitas todas as exigências legais e estatutárias da carreira civil e militar. As ações de saúde são de natureza pública, cabendo ao Estado sua regulação, execução e controle, assegurando a liberdade do exercício profissional e de organização de serviços privados, de acordo com os princípios da política nacional de saúde. A comercialização de órgãos e tecidos humanos fica proibida. Enquanto que as terras ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes usufruto exclusivo das riquezas naturais do solo e do subsolo, das utilidades nelas existentes e dos cursos fluviais, ressaltando o direito de navegação.



presidente da Comissão, José Lins (PFL-CE), enquanto seu companheiro Haroldo Lima arrancava o microfone e impedia a leitura do substitutivo dos liberais, chegando a furtar o documento que José Lins tinha na mesa.

No sábado, para evitar novos conflitos, não foi permitida a presença de populares nas galerias, sob protestos dos esquerdistas. Mas no final da tarde de domingo o conflito voltaria a ocorrer na Comissão da Família, quando seu presidente, Marcondes Gadelha, resolveu votar emendas ao relatório que não fora aprovado e Haroldo Lima protestou. Gadelha cortou o som do seu microfone, Haroldo correu para um outro e acabou se machucando ao tentar arrancar o microfone, tudo em meio a vaias, mãos levantadas e confusão generalizada no plenário, já que as galerias estavam novamente vazias. Desta vez, porém, Haroldo Lima, ajudado por constituintes do PCB, PDT e PT, conseguiu obstruir os trabalhos.

Haroldo Lima, como líder, pertence à Comissão de Sistematização, mas esteve nas outras para atuar politicamente. Ontem, ele garantiu que seu companheiro Aldo Arantes não bateu nem apanhou. Só discutiu com José Lins.

Um longo trabalho anulado pelo confronto

Esquerda, centro e direita não conseguiram entrar em acordo para votar qualquer assunto na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação.

Ao som do Hino Nacional, cantado de pé pelos populares que ocupavam a galeria do plenário da Câmara dos Deputados, a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação eberrou seus trabalhos na madrugada de ontem, sem conseguir votar sequer um artigo do substitutivo do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ). A questão polêmica que dividiu de maneira irredutível o plenário da comissão foi o artigo do substitutivo que constituía o monopólio da União para a exploração de serviços públicos de telecomunicações. A esquerda não abria mão desse monopólio, enquanto a maioria considerava essa proposta um exagero, por ser estatizante. E ao final de três dias de completo impasse, a comissão saiu sem relatório, cabendo sua elaboração à Comissão de Sistematização.

Na opinião de alguns parlamentares, a comissão conseguiu em apenas três dias derrubar todo o trabalho de várias semanas realizado nas subcomissões e na própria comissão, porque tudo começou pelo confronto e não pela negociação. No início da madrugada de ontem, o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) entregou ao presidente da comissão, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) — alegando ser "em nome da resistência democrática deste país" — o substitutivo de Arthur da Távola, assinado pelos autodenominados progressistas para ser encaminhado à Comissão de Sistematização. Apesar de ser esse o esquema legal, o deputado disse que "como tudo pode acontecer", era melhor garantir o encaminhamento do relatório de Távola.

Os parlamentares que derrubaram o substitutivo também encaminharam ao senador Marcondes Gadelha um documento contendo suas principais posições, para também ser entregue à Sistematização. O documento alega que o grupo quer uma Constituinte livre e soberana e pelo fato de o grupo minoritário tentar usar o recurso do decurso de prazo, solicitando o encaminhamento das propostas, que objetivavam, entre outras coisas, "a recusa a qualquer tipo de censura". O que foi rebatido por Arthur da Távola com a seguinte frase: "Menos ao meu projeto". Sobre esse documento, Gadelha ressaltou que o pedido seria atendido, porém, reconhecia que o texto "não tendo sido votado, não tem decisão legal".

Para suprimir o artigo que constituía o monopólio, o deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ) e o grupo classificado pelo relator como "a turma do rádio" pretendia que fosse aprovado o seguinte substitutivo: "Constitui monopólio da União o serviço postal", com a justificativa de que "não incluímos os serviços públicos de telecomunicações em regime de monopólio, porque somos partidários do modelo atual, fruto de uma experiência que, entre muitas, está dando certo e tem garantido o sucesso do setor". A atual Constituição prevê apenas que compete à União "explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telecomunicações".

Racha

Apesar da incompatibilidade de idéias entre os dois grupos, que gerou a total obstrução da votação, o motivo decisivo para a falta de negociação foi a divisão interna ocorrida dentro do chamado grupo do Ministério das Comunicações, liderado por Aroldo de Oliveira e Rita Furtado (PF-RO) e o grupo da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), liderado pelo deputado Mendes Ribeiro (PMDB-RS). Segundo o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RS), a divisão desse grupo ocorreu num momento em que se estava chegando a um consenso com o grupo de esquerda. E o motivo foi que Rita Furtado não desistia da derrubada do monopólio e a Abert identificou o Artigo 47 do substitutivo emendado — "os serviços de radiodifusão e de outros meios eletrônicos constituir-se-ão, sob regime de concessão, e na forma que a lei determinar, pelos sistemas público, privado e estatal" — como uma grande armadilha.

Após esse racha interno, ocorrido no início da noite de domingo, foi impossível o fechamento de qualquer acordo. O deputado Caó ressaltou que o tempo todo a "turma do rádio" utilizou o Conselho Nacional de Comunicação e o Conselho Editorial como cortina de fumaça para esconder a armadilha maior, que era a derrubada do monopólio das telecomunicações. Caó disse que o ministro das Comunicações, durante todo o impasse ocorrido, manteve contato permanente com seu filho, deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), por telefone. E, se não fosse a divisão com a Abert, o acordo teria sido fechado, pela demonstração dada por Eduardo Magalhães de que aceitariam parte do substitutivo.

O fato de a comissão não ter encaminhado nenhum anteprojeto provocou um emocionado desabafo do relator Arthur da Távola. Em primeiro lugar, ele culpou o presidente Sarney: "Ele cometeu um grave erro ao invadir os trabalhos em favor de seus interesses menores. O Executivo nos empurra, interfere, divide e nos separa". Prosseguindo nas críticas, o relator acusou o ministro Antônio Carlos Magalhães de "interferir indiretamente": "O projeto da comissão não saiu por falta de cultura do ministro".

Desses ataques de Arthur da Távola nem seu próprio partido escapou: "Não posso negar que assisto ao enterro de um sonho, e parte da culpa atribuo ao PMDB, que não conseguiu ainda encontrar um caminho de unidade para seguir nesta Casa. E o meu relatório é um exemplo, pois foi derrotado com 13 votos do PMDB".